



CÂMARA MUNICIPAL
DE BERTIOGA

VEREADOR
MATHEUS RODRIGUES

Aprovada na _____
Realizada em 12/11/24
adendo _____
Bertiooga, 12 de Novembro de 2024
Presidente
f @ I MATHEUS RODRIGUES

191/2024
INDICAÇÃO Nº 191/2024

Bertiooga, 12 de Novembro de 2024.

Assunto: Solicitação de informações sobre a denúncia de trabalhadores do Hospital Municipal de Bertiooga.

Excelentíssimo Senhor Presidente e nobres pares, Eu, **Matheus Del Corso Rodrigues**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, requerer que seja encaminhado a presente **INDICAÇÃO** ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, à Secretaria de Saúde e ao Instituto Nacional de Tecnologia e Saúde (INTS) gestora do contrato e responsável pela administração do Hospital Municipal de Bertiooga, a fim de que sejam prestados esclarecimentos detalhados e a **RESOLUÇÃO IMEDIATA** da situação relatada na matéria veiculada pelo **jornal A Tribuna** de 11 de novembro de 2024, que denuncia a precariedade das condições de trabalho dos funcionários do Hospital de Bertiooga, especialmente no que diz respeito ao pagamento dos benefícios trabalhistas como auxílio alimentação, horas extras e o dissídio coletivo.

De acordo com a reportagem, os funcionários do hospital estão indignados com a falta de pagamento de benefícios básicos, já o dissídio coletivo, que está em atraso desde o ano de 2023, e valores do vale-alimentação. A situação é ainda mais preocupante, pois neste ano de 2024 venceu outro dissídio, sem que haja previsões claras para sua regularização.

Há ainda denúncias de que esses profissionais, além de trabalharem desmotivados e exaustos, sem ter a quem recorrer, estariam sendo forçados a reverter horas de banco de horas em folgas obrigatórias, quando, segundo a legislação, já deveriam receber em espécie por essas horas trabalhadas, considerando que o período legal de um ano para o pagamento já se esgotou.



CÂMARA MUNICIPAL
DE BERTIOGA

VEREADOR
MATHEUS RODRIGUES

  | MATHEUS RODRIGUES

Diante dessa situação alarmante, requer-se que sejam esclarecidas:

1. Quais providências concretas e imediatas estão sendo tomadas pela Prefeitura Municipal e pelo Instituto Nacional de Tecnologia e Saúde (INTS), gestor do contrato para regularizar o pagamento dos dissídios referentes aos anos de 2023 e 2024, bem como dos valores do vale-alimentação?

2. Qual o posicionamento da empresa responsável e da Prefeitura sobre as denúncias de conversão obrigatória do banco de horas em folgas? Há previsão para regularizar esse pagamento?

Esta indicação visa dar resposta à situação de extrema precariedade vivida pelos trabalhadores do hospital, que têm atuado sob condições adversas, colocando em risco tanto a saúde dos funcionários quanto a qualidade do atendimento prestado à população, lembrando que o Instituto Nacional de Tecnologia e Saúde (INTS) tem um contrato com o município de mais de R\$ 55 milhões de reais onde tem a obrigação de fazer o gerenciamento, a operação e a execução das ações de serviços de saúde do hospital municipal e do serviço de pronto atendimento de nossa cidade.

Observadas as formalidades legais esta é a indicação que vai devidamente subscrita, cuja cópia deve ser encaminhada ao Prefeito de Bertiooga.

Flávia da Silva Pedrosa
Vereadora

Denata da Silva Barreiro
Vereadora

Matheus Rodrigues
**MATHEUS
RODRIGUES**
VEREADOR

Gilmar Barbosa dos Santos
Vereador

Antonio Carlos Ticianelli
Presidente

Ney Vaz Pinto Lyra
Vereador

Hospital é alvo de ação no litoral de São Paulo por não pagar funcionários e situação gera revolta; entenda

Falta de pagamento de benefícios e dissídios é cobrada por trabalhadores e pelo sindicato da categoria. Prefeitura fala em tratativas realizadas

ATribuna.com.br

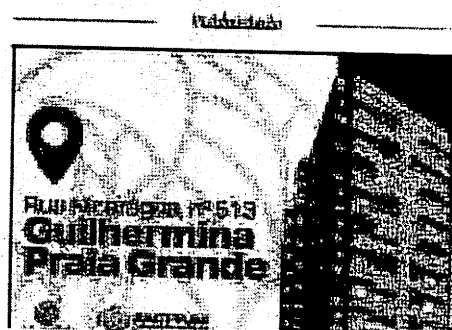
11 de novembro de 2024 às 02:18



Segundo a denúncia, o dissídio não está sendo cumprido há algum tempo. (Divulgação/Prefeitura)

Os funcionários da Saúde de **Bertioga**, no litoral de São Paulo, estão indignados com a falta do pagamento de benefícios. Os dissídios e os valores do vale-alimentação não estão sendo cumpridos, o que tem gerado indignação dentro do Hospital Municipal de Bertioga. Em nota, a Prefeitura disse que estão sendo feitas tratativas para que o pagamento ocorra ainda em 2024. *(Confira o posicionamento no final da matéria).*

Clique aqui para seguir agora o canal de A Tribuna no WhatsApp!



“Uma funcionária, que não quis se identificar, comentou que se sente muito mal com a situação. “Não posso cobrar o que é meu por direito. Para onde está indo essa verba se os funcionários estão trabalhando exaustos e desanimados, sem ter a quem recorrer?”, reclamou a denunciante.

A mulher também reclamou sobre o uso de bancos de horas por parte dos funcionários: “Eles nos obrigaram a tirar os nossos bancos de horas em folgas, sendo que teriam que pagar em espécie porque já havia se passado um ano e teriam que nos remunerar”, comentou.



Segundo a denunciante, o dissídio não está sendo cumprido há um ano. “O dissídio não está sendo pago desde outubro de 2023, e agora, em outubro deste ano, seria outro reajuste”, contou.

Sindicato

O Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Santos (Sintrasaúde Santos) informou que tem uma Convenção Coletiva de Trabalho firmada com o Sindicato das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos do Estado de São Paulo (Sindhosfil-Linosp), sindicato patronal que representa organizações sociais (OS) do setor.

Segundo a entidade, a data-base é em outubro. Em relação ao dissídio de 2023, o sindicato tem uma ação de cumprimento na Justiça do Trabalho pelo não cumprimento da Convenção Coletiva de Trabalho. O sindicato informou ainda que a ação deste ano já foi encaminhada ao Instituto Nacional de Tecnologia e Saúde (INTS), responsável pela gestão do Hospital Municipal de Bertioga, para aplicação imediata.

Prefeitura de Bertioga

Em nota enviada pela Prefeitura, o Instituto Nacional de Tecnologia e Saúde (INTS) informou que os pagamentos aos colaboradores estão sendo feitos regularmente no primeiro dia útil de cada mês.

"Todos os funcionários recebem refeição no local, gratuitamente, em um modelo que é inclusive mais favorável, tanto do ponto de vista nutricional quanto financeiro", diz o posicionamento.

Em relação ao dissídio, a Prefeitura ressaltou ser importante esclarecer que a convenção trabalhista da categoria só foi publicada este ano, o que "impediu o provisionamento no orçamento corrente". Ainda assim, segundo o município, estão sendo feitas tratativas para que o pagamento ocorra ainda este ano.

